

DESENVOLVIMENTO RURAL NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ, SC

Marcelo Zenaro*
Cristiane Bonatto de Moraes**
Cleomar Alberici***

RESUMO

Administrar uma propriedade rural é uma atividade tão complexa quanto administrar qualquer organização e exige de seus gestores conhecimentos e habilidades administrativas, independente do porte. O desenvolvimento sempre foi um tema expressamente decisivo para a visibilidade de qualquer local. A preocupação com a condução administrativa das propriedades, o conhecimento e as habilidades para com os processos decisórios de investimentos, considerando, ainda, a ampla competitividade e a necessidade em se profissionalizar tais processos justificam o presente estudo. O objetivo foi avaliar como ocorre a administração nas pequenas propriedades rurais e o desenvolvimento regional. Entre os objetivos específicos, destacam-se o levantamento do perfil de quem está na administração das propriedades rurais, a utilização das ferramentas e, igualmente, o diagnóstico de quais elementos facilitam e os que dificultam o desenvolvimento da propriedade. A metodologia refere-se a uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório em relação ao problema e aos objetivos e é classificada como levantamento de dados, em razão dos procedimentos técnicos. Os resultados revelaram envelhecimento dos proprietários, falta de informações e de conhecimento sobre administração e a falta de compreensão deles em relação aos fatores que impactam a condução das propriedades. Com este trabalho, sugerem-se medidas pedagógicas de incentivo à permanência de familiares nas propriedades rurais, como palestras e cursos na área das ciências administrativas, para maior eficácia da gestão das propriedades.

Palavras-chave: Administração rural. Pequenas propriedades. Perfil. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Diante das inúmeras e sempre presentes dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, no estudo em pauta, levantam-se aspectos relevantes que podem contribuir na maneira como se está administrando a pequena propriedade rural.

Primeiramente, o foco foi esclarecer os conceitos da administração para que estes possam ser eficazes e efetivos para a utilização desse pequeno produtor, o qual, historicamente, sugere um perfil resistente a utilizar conhecimentos científicos e pouco preparo, fazendo com que ocorram desacertos em todo o processo de gerenciamento e insegurança aos possíveis sucessores.

Para administrar uma organização, seja ela empresa, instituição pública ou privada, seja propriedade particular, ONGs, entre outras, independente do porte que tenha, o indispensável é ter conhecimento inicial sobre o negócio em si, bem como sobre sua organização, na forma mais elementar do planejamento das ações, na direção das ações e no controle de toda a gama de recursos que são utilizados para seu real funcionamento.

* Mestre em Administração, linha de pesquisa administração e estratégias de gestão. Pós-graduado em Marketing. Professor do Curso de Administração, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - *Campus* Videira, consultor e palestrante, marcelo.zenaro@unoesc.edu.br

** Especialização com magistério superior em Gestão de Pessoas nas Organizações e graduação em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Professora do Curso de Administração, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - *Campus* de Videira, cristiane.morais@unoesc.edu.br

*** Graduado em administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Videira e foi bolsista de pesquisa de iniciação científica do Programa UNIEDU/Art. 170 – 2014/2015, cleoalberici@gmail.com

A agricultura desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do País, pois os principais produtos que são exportados são oriundos da agricultura; atualmente, ao contrário de anos atrás, houve uma diminuição da população rural em razão de inúmeras e variadas dificuldades encontradas no setor, como: clima, custos de produção, dificuldades na economia, falhas no gerenciamento e falta de informação, as quais fizeram com que a população agricultora procurasse explorar outros campos de trabalho.

O que se constata, empiricamente, é que pequenos proprietários rurais não se consideram uma unidade de negócio, por se avaliarem pequenos. Porém, para a economia em si, independente do porte, sendo de subsistência ou comercial, trata-se de uma organização que tem por objetivo o sustento do bem comum, para tanto, com o cenário de mudanças constantes, somente os conhecimentos dos antepassados não está sendo suficiente. Com o presente estudo também se procurou apresentar ao leitor o perfil desses “pequenos” proprietários rurais e as formas de gerenciamento que estes estão utilizando para obter a “subsistência” de seu pequeno negócio, e, igualmente, expõe-se sobre as dificuldades encontradas, para orientar e facilitar a compreensão dos termos e instrumentos da administração, visando proporcionar longevidade aos negócios e resultados que incrementem o desenvolvimento regional.

Observando esse contexto, e acrescentada a problemática da dinâmica da mudança se configurando em uma variável constante em todo o tipo de organização, também os proprietários rurais devem partir para reflexões sobre a indispensável profissionalização de sua pequena organização, entendendo que o resultado, especialmente da atividade rural, impacta economicamente no desempenho da região em que se está inserida. Dessa forma, no presente estudo, analisaram-se determinadas respostas que avaliam a gerência da pequena propriedade rural em relação ao que é aplicado sobre administração e ao que é implementado nelas, tendo por objetivo avaliar como ocorre a administração nas pequenas propriedades rurais do Município de Iomerê, SC, para o desenvolvimento regional, buscando identificar o estado da arte sobre a administração rural e o desenvolvimento, levantar informações sobre o perfil de administração dos proprietários rurais de Iomerê, SC e identificar as dificuldades que impedem o desenvolvimento e a expansão das propriedades rurais, para que se possa apresentar recursos de administração práticos e acessíveis às pequenas propriedades rurais agregadas ao desenvolvimento regional.

O presente artigo está estruturado a partir da introdução, seguindo para o estado da arte por meio de quatro seções, nas quais se apresenta a Contextualização do Agronegócio e da Administração Rural no Brasil e, ao mesmo tempo, utilização, relevância, conceitos e características da Administração Rural, a ocorrência em pequenas propriedades e empresas rurais e, igualmente, os fatores determinantes para o desenvolvimento regional. Em seguida, apresenta-se a metodologia, com os dados coletados e analisados e, por fim, as conclusões acerca do alcance dos objetivos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DA ADMINISTRAÇÃO RURAL NO BRASIL

Com a abertura de novas oportunidades comerciais, o Brasil vem sofrendo com mudanças econômicas, sociais e culturais da globalização. As novas tecnologias vêm sendo adquiridas rapidamente, e com a falta de mão de obra especializada, a precariedade da pesquisa científica e o aumento da competitividade está complexo chegar ao nível dos concorrentes internacionais. Porém, para que o País não sofra medidas repressivas comerciais, tais condições de sobrevivência no mercado são essenciais e, conseqüentemente, são repassadas às organizações para se adaptarem ao cenário socioeconômico mundial.

O Brasil é um país extremamente agrícola em razão da sua enorme extensão territorial, e, apensar de suas densas florestas tropicais, muito se investiu e se tem investido no agronegócio desde a sua colonização. Em seu conceito mais popular, o agronegócio se define como toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil, o termo agropecuário é usado para definir o uso econômico do solo para o cultivo da terra associado à criação de animais.

Conforme Callado (2011), entende-se por agronegócio a totalidade das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição.

O agronegócio tem uma expressiva participação na economia do Brasil e representa uma participação considerável no PIB. Atualmente, o País ocupa notável posição mundial na produção agroindustrial.

2.2 ADMINISTRAÇÃO RURAL

Mediante um conceito mais popular, entende-se a administração rural como um ramo da Administração que estuda a organização e a gestão da empresa agrícola, planejando, direcionando e controlando os recursos disponíveis nessa empresa, a fim de obter lucros.

Administrar uma propriedade rural é um feito tão complexo como administrar uma empresa de qualquer outro setor da economia, pois requer de seus gestores conhecimentos e habilidades administrativas, independente do porte.

Para Ventola et al. (1998), o principal para iniciar a operacionalização de uma propriedade rural é “[...] identificar a importância da atividade agropecuária e da administração rural, bem como conhecer o ambiente da empresa rural”, e outro determinante também apresentado pela autora é o conhecimento do processo administrativo, por meio da tomada de decisão adequada, que engloba identificação dos recursos da empresa rural, instituição de missão e objetivos e as áreas dessa empresa, como produção, finanças, recursos humanos e comercialização.

Também, para Crepaldi (1994), a administração rural é um conjunto de atividades que facilita aos produtores a tomada de decisão na propriedade com intuito de obter bons resultados e a continuidade produtiva.

2.2.1 Pequenas propriedades rurais e empresa rural: unidades de negócios para o desenvolvimento econômico

Proprietários rurais tecem inúmeras reclamações quanto às adversidades particulares do campo, algumas delas impostas pela própria natureza, como clima, grande distância, incertezas sobre o ciclo biológico, políticas de preços e perecimento de estoques e também, quanto às dificuldades que encontram para aderir às novas tecnologias necessárias para acompanhar o crescimento e as exigências do mercado.

Apesar das dificuldades encontradas pelo trabalhador rural, ele desempenha um papel fundamental para a economia e o desenvolvimento do País. Atualmente, a prática agrícola vem se diferenciando daquela exercida no início do século XX, pois, hoje, mesmo na agricultura de subsistência, os proprietários rurais vendem tudo o que produzem, deixando apenas o que é necessário para o consumo da família, sem citar que vêm se especializando cada vez mais nos produtos que o mercado procura.

Toda propriedade rural, por menor que seja, deve ser considerada uma unidade de negócio, pois ela possui esferas em comum com qualquer outra empresa, a exemplo: direção, planejamento, operacionalização e avaliação das variações, as quais complicam ainda mais, como doenças no rebanho, pragas nas plantações, falta ou excesso de chuva, entre outras, que modificam radicalmente as previsões econômicas de uma fazenda. E, em razão dos vários apontamentos, percebe-se que o produtor rural precisa dominar ou contar com um profissional competente para administrar a propriedade para a sustentabilidade de seu próprio negócio.

A empresa rural explora a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, desde a criação de animais até o plantio de alimentos, com a finalidade de obter renda com essa prática, à qual os fatores de produção, como a terra, o capital e o trabalho, estão diretamente ligados. Essa empresa tem, segundo Ventola et al. (1998), enorme responsabilidade no complexo agroindustrial do País, pois ajuda a movimentar um setor responsável por cerca de 40% da produção total.

Contudo, segundo Marion (1996), para que ocorra uma administração eficiente, é necessário que algumas ferramentas sejam usadas, como planejamento, controle, entre outros.

O planejamento é visto como essencial para o bom funcionamento e desenvolvimento administrativo e é indispensável para se alcançar bons resultados; é uma ferramenta de gestão usada pelas empresas, que visa prever inibidores dos resultados, além de ampliar e facilitar a tomada de decisão; também indica como devem ser estruturadas as ações que direcionam os resultados, para atender aos objetivos e metas. Planejar faz a administração pensar no futuro do negócio, e, assim, criar alternativas para orientar ações, que, diante de problemas e incertezas, promovam uma decisão

rápida e assertiva, sempre acompanhando os resultados. Essa ferramenta deve ser usada para acompanhar as mudanças econômicas, os hábitos dos consumidores, a tecnologia, o comportamento climático, os custos, as ofertas de produtos, as demandas e outras incertezas que atingem qualquer unidade de negócio.

O administrador de uma propriedade rural precisa conhecer todas as atividades desenvolvidas e saber identificar quais são os riscos e incertezas, para ter alternativas aplicáveis para a solução de possíveis problemas; também é importante que o administrador consiga identificar fatores externos e internos que possam afetar a tomada de decisão.

O desenvolvimento econômico em uma propriedade rural está ligado aos fatores externos, os quais são relacionados a preços, clima, existência de mercado para determinado produto, créditos, financiamento, transporte e disponibilidade de mão de obra; nem sempre é possível ter controle desses fatores, pois não dependem da administração, a qual deve ter conhecimento de análise para as tomadas de decisão; em contrapartida, os fatores internos são controláveis, pois são diretamente ligados à empresa, como tamanho da empresa rural, rendimento dos cultivos e criações, seleção e combinação de atividades produtivas, eficiência de mão de obra, eficiência de máquinas e equipamentos, condições pessoais do administrador e muitos outros.

Considerando a importância que o setor agrícola representa para o desenvolvimento econômico, principalmente local, é prudente conhecer os fatores que contribuem para ele.

2.2.2 Fatores determinantes para o desenvolvimento rural

Nas décadas passadas, a agricultura era vista apenas como um ator coadjuvante no processo de desenvolvimento, do qual a indústria era o motor. Hoje, tanto a agricultura quanto a indústria são setores importantes no desenvolvimento de uma região ou país.

Diante da importância que o setor agrícola tem para as regiões e o país, é importante analisar o desenvolvimento de forma abrangente e conhecer alguns fatores determinantes para que o processo ocorra de forma eficaz.

A maneira mais tradicional de representar o nível de desenvolvimento da região ou país é por meio da renda per capita, um indicador que ajuda a se ter conhecimento do grau de desenvolvimento econômico.

Conforme Neves (2007), “[...] o objetivo é desenvolver ferramentas para aumentar a velocidade do desenvolvimento das propriedades rurais.” O desenvolvimento rural crescente e oportuno demonstra e erradica desigualdades locais, regionais e territoriais que se estabeleceram ao longo do tempo. Inúmeros fatores contribuem para o processo de desenvolvimento das áreas rurais, mas para o presente estudo pode-se destacar alguns elementos como principais:

- a) maior acesso à educação e à terra, com o intuito de elevar a renda e diminuir a pobreza;
- b) agricultura diversificada e meio rural apropriado;
- c) maior concentração das atividades, em razão das vantagens da proximidade;
- d) um conjunto de propriedades bem alicerçadas, permitindo a valorização do território;
- e) o clima, por favorecer diversificadas culturas;
- f) a inovação e a tecnologia;
- g) mercado cada vez mais competitivo e clientes muito exigentes;
- h) mudanças para aumentar a competitividade entre países.

Para Clemente e Higachi (2000), “[...] o desenvolvimento possui trajetória própria, além de ser específico de região para região.”

Em relação ao desenvolvimento regional, em regiões mais necessitadas, o setor público busca atuar de forma mais efetiva para elevar a qualidade de vida e promover desenvolvimento da economia; muitas vezes, o crescimento e o desenvolvimento de regiões são bastante diferenciados em razão de incentivos por parte de governantes ou até mesmo pelo interesse dos próprios proprietários.

Contudo, observa-se que cada região tem suas características próprias e, com isso, seus desenvolvimentos ocorrem em ritmos diferentes; também é importante enfatizar que, na maioria das vezes, os proprietários não têm conhecimento de que o setor agrícola contribui de forma efetiva para o desenvolvimento do País.

3 METODOLOGIA

A metodologia como parte essencial de um trabalho de pesquisa apresenta a organização das informações para se chegar à resolução do problema de pesquisa, atendendo aos objetivos geral e específicos.

A partir dos conceitos de Gil (2002), o delineamento do presente estudo refere-se a uma pesquisa quantitativa com caráter exploratório em relação ao problema e aos objetivos e classificada como levantamento de dados, em decorrência dos procedimentos técnicos.

Estas pesquisas têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, p. 41).

Ainda conforme Gil (2002), as pesquisas por levantamento “[...] caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer [...] procede-se à solicitação de informações, [...] em seguida, mediante análise quantitativa, obtêm-se as conclusões.” A delimitação do estudo compreendeu o critério de amostra aleatória simples de proprietários rurais, residentes no Município de Iomerê, SC, no ano 2014. Para determinar a amplitude de uma amostra tirada de uma população finita, com margem de erro de 10% e coeficiente de confiança de 90%, e para fins deste estudo, foram submetidos à investigação, nos primeiros meses do ano 2015, entre uma população de 315 elementos, 66 proprietários rurais, os quais foram entrevistados de forma aleatória.

A coleta dos dados foi desenvolvida baseada em dados primários, colhidos por meio de questionários e tabulados por intermédio de estatística simples, e, também, em dados secundários de literatura específica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As propriedades estudadas situam-se no Município de Iomerê, SC, que possui uma colonização predominantemente italiana e concentra a maior parte de sua população na área rural, o que faz acreditar que o setor necessita de muitos incentivos, como a capacitação dos gestores rurais, a fim de contribuir cada vez mais para o desenvolvimento regional.

O clima predominante no Município é o mesotérmico, úmido, com verão fresco e temperatura média de 16,9 C; as principais atividades desenvolvidas no setor rural são a produção de leite, a produção de grãos, destacando a cultura do milho, a fruticultura com a produção de uvas e seus derivados, e, também, a criação de bovinos e suínos, a qual movimenta o fornecimento para agroindústrias e cooperativas.

4.1 RELEVÂNCIA ECONÔMICA

Ilustrando melhor ao leitor a importância dos resultados do estudo, apresentam-se alguns dados secundários, por meio do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) da 9ª SDR de Videira. De acordo com Souza (2010), com dados do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina apresentaram, em 2006, o PIB catarinense com o montante de R\$ 93,2 bilhões, assegurando ao Estado a 7ª posição relativa na *ranking* nacional daquele ano. No mesmo ano, Iomerê, SC, aparece na 242ª posição do *ranking* estadual, respondendo por 0,03% da composição do PIB catarinense. No comparativo da evolução desse indicador ao longo do período de 2002 a 2006, o Município apresentou um crescimento acumulado de 64,8%, em comparação com um aumento estadual de 67,2%.

Na avaliação dos setores produtivos de Iomerê, SC, a agropecuária contribuiu com 29,6%, a indústria, com 26,3% e os serviços, com 44,1% do PIB municipal. Ainda em 2006, o PIB per capita foi de R\$ 10.399,65, colocando o Município na 147ª posição do *ranking* estadual. No período de 2002 a 2006, o PIB per capita do Município acumulou um crescimento de 51,6%, sendo a média catarinense de 56,9%.

A balança comercial de Iomerê, SC apresentou um saldo negativo de US\$ 207.087,00. No período de 2004 a 2008, suas importações apresentaram um decréscimo de 50,2%. Em 2008, o Município não realizou exportações.

No setor primário, a análise está baseada em dados do Censo Agropecuário do IBGE, contido no PEDR (2010) referentes ao período de 2003 a 2007. O desempenho das lavouras temporárias existentes no Município detalhou que

em 2007, o milho foi a cultura de maior expressão no que se refere à quantidade produzida. Esse cultivo representou 0,41% de toda a produção estadual. Considerando a safra 2007 de produtos da lavoura permanente, uva e pêssego foram os produtos de maior representatividade econômica para o Município, os quais responderam, respectivamente, por 1,15% e 0,67% da produção estadual.

Identifica-se, por meio dos dados de Souza (2010), que há cinco anos o Município de Iomerê apresentava uma taxa de crescimento econômico acima da média nacional, sendo reflexo do aumento da taxa acumulada de empregos e empresas, que estava acima das médias estadual e nacional. Nesse período, o setor agrícola era o que mais contribuía para o crescimento econômico da cidade; assim, acredita-se que o setor rural deva ser explorado cada vez mais, proporcionando aos produtores recursos para o contínuo e duradouro crescimento.

4.2 PERFIL DO ADMINISTRADOR DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Mediante levantamento, o perfil do administrador das pequenas propriedades rurais apresentou, em sua maioria (94%), os próprios titulares da propriedade como administradores, destacando que 48% têm idade superior a 53 anos, e 37%, idade superior a 42 anos, com tempo de administração de mais de 21 anos, administrando pequena propriedade (42%), propriedade familiar (36%) e média propriedade (20%), não havendo registro de empresa rural, predominando o nível de escolaridade em 35% com ensino fundamental incompleto, 30% com ensino médio completo e 21% com ensino fundamental completo.

Também se pesquisou sobre a atividade principal das propriedades, obtendo que 29% têm produção de leite, 23% têm criação de suínos, 20% têm produção de grãos e 11% têm criação de aves, caracterizando-se como principais fornecedores a empresas agroindustriais (43%), empresas cerealistas (23%) e cooperativas (22%).

Ainda em relação aos questionários, perguntou-se sobre a associação em cooperativas, bem como sobre as qualificações na área da administração, e os números levantados indicaram que 62% são associados a algum tipo de cooperativa, seja ela de crédito seja agropecuária. No entendimento dos respondentes, 76% se qualificam como bons administradores, e 20%, como administradores razoáveis, 59% não têm curso na área da Administração e, em relação aos meios para aquisição de novas informações para a condução do negócio, 32% têm buscado na televisão, 30% em outros meios, como a internet, e somente 13% buscam em cursos de aperfeiçoamento, visto que 32% recebem cursos do sindicato ao qual são filiados. Em meio aos pesquisados, 91% são abertos e aprovam a orientação de um profissional da área da Administração.

Entre os administradores analisados, verificou-se que, no seu entendimento, qualificam-se como bons administradores, justificando que os maus não sobreviveriam na atividade, porém, quanto à tomada de decisão, 49% decidem por tradição, 37%, por experiência, e somente 11% decidem a partir de controles. Outra questão apresentou que 37% dos respondentes utilizam a ferramenta de controle, e 42% usam a ferramenta de planejamento para administrar, mas admitem que os registros para compras, vendas, gastos gerais, estoques, contas a pagar e contas a receber, em sua maioria (58%), são manuais; 20% dos respondentes não mantêm registro algum, e somente 18% possuem controles informatizados, com dados que lhes acrescentariam informações de extrema importância para a tomada de decisão.

Em análise, percebe-se que o proprietário é quem administra sua propriedade com uma base escolar de ensino fundamental, visto que, em sua maioria, herdaram-na de seus familiares e, atualmente, encontram-se em um processo de envelhecimento, registrando uma preocupação acerca do ajustamento e adaptação dessas propriedades com o atual cenário de globalização dos mercados e com o prosseguimento da atividade rural.

Também se consideram carentes em informações repassadas por intermédio dos meios prestadores de assistência técnica, como prefeitura, cooperativas e sindicatos; assim, a maioria está favorável à presença de um administrador de formação para auxiliar na administração de sua propriedade.

Por meio dos estudos, comprovou-se que o modelo de administração está baseado na cultura regional e na maneira que seus antecessores a praticavam.

4.3 FATORES APONTADOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como parâmetro para dialogar sobre a compreensão referente ao que impediria ou facilitaria o desenvolvimento e a expansão da propriedade, perguntou-se sobre a influência de alguns elementos específicos e conhecidos pelos respondentes, em paralelo a Costa, Almeida e Ferreira (2013), como políticas públicas municipais e estaduais, acesso aos recursos de capital para a aquisição de bens para o trabalho específico, acesso ao crédito rural oficial, tecnologias, preços de insumos, preços de venda da produção, recursos naturais, mão de obra, condições das estradas, inspeções sanitárias e aumento da oferta nas safras.

Em relação ao apontamento dos respondentes, destaca-se o resultado sobre os primeiros elementos, o que se pensa a respeito das políticas municipais e estaduais para as propriedades rurais. Em suma, sobre as políticas municipais, 49% as consideram um fator que facilita a expansão e o desenvolvimento, 30% são indiferentes, e 18% acham que elas dificultam; quanto às políticas públicas estaduais, 59% dos respondentes são indiferentes, 24% informam que elas dificultam e somente 14% as consideram um facilitador. A dúvida que surge nesse cenário é quanto à real compreensão dos respondentes em relação à definição desse fator de suma importância para o desenvolvimento econômico.

Outro elemento também levantado e que reflete na expansão das propriedades é o acesso aos recursos de capital. Entre os respondentes, 88% apontaram que esses recursos facilitam, 6% são indiferentes e somente 3% informaram que eles dificultariam o desenvolvimento. Também, no que diz respeito ao elemento de acesso ao crédito rural oficial, os números ficam semelhantes, tendo 68% dos respondentes informados que esse crédito facilita, 26% são indiferentes e, ainda, 3% informaram que ele dificultaria. A leitura sobre esse ponto é que esse último elemento faz parte das políticas e se apresenta mesmo como variável independente, de acordo com as políticas públicas para as propriedades rurais.

A maioria dos respondentes (68%) indicaram que a busca pela melhoria constante faz com que eles pensem que as tecnologias agropecuárias facilitam, porém, 20% deles expressam indiferença e 9% acreditam que esse é um elemento que dificulta a expansão e o desenvolvimento da propriedade.

Outros três elementos em que os respondentes demonstraram expressivas dificuldades são o aumento no valor dos insumos (83%), os preços de venda da produção (70%) e as condições das estradas para o escoamento da produção (27%).

Sobre o elemento referente aos recursos naturais, 73% dos respondentes indicaram que estes facilitam o desenvolvimento e a expansão da propriedade, 20% indicaram dificuldade nesse quesito, e somente 4% são indiferentes, demonstrando que a administração desses recursos é indispensável para se conseguirem retornos.

Considerando os itens de mão de obra, legislação ambiental e inspeções sanitárias para facilitar ou dificultar a expansão da propriedade, o levantamento apontou que 82% dos respondentes são indiferentes ao elemento de mão de obra, 57% são indiferentes à legislação ambiental, e 88% são indiferentes às questões de inspeções sanitárias. Para esse último apontamento, percebe-se que conduzem sozinhos suas propriedades, não demonstram intenção de crescimento da propriedade e consideram as práticas de inspeção e legislação ambientais superadas.

Atualmente, a alta do câmbio tem contribuído para o aumento dos insumos agrícolas que, como matéria-prima acaba tornando o plantio de grãos uma atividade não muito lucrativa; muitas vezes, esses grãos são utilizados em forma de silagem para o gado leiteiro, o que acarreta um aumento do custo por litro.

A área específica da produção leiteira, que demonstrou ser a maior atividade econômica no Município, está passando por momentos críticos em razão de dificuldades macroeconômicas, como crises no setor logístico, baixos preços e precipitação pluvial. Para a atividade leiteira, Faria (2004) salienta que é preciso utilizar todos os recursos na atividade de maneira eficiente, desde o manejo do animal até o uso das informações. O autor observa que “[...] as fazendas brasileiras têm obtido lucro de R\$ 1.000 a R\$ 1.500 por ha/ano, o que torna o leite mais rentável do que qualquer cultura de grão.” (FARIA, 2004, p. 65). Para Novaes (2004, p. 92), o pequeno produtor necessita organizar os fatores que envolvem a produção leiteira, “[...] tais como ordenha, sanidade, conforto, genética, além do gerenciamento eficiente que envolve desde o planejamento inicial até o monitoramento dos indicadores zootécnicos e econômicos”, para que as unidades familiares possam acompanhar a evolução do consumo, que cada vez mais busca produtos de qualidade com custos reduzidos.

A permanência de seus sucessores na atividade foi pouco notada durante o processo de recolhimento de dados, o que compromete a atividade rural futuramente.

5 CONCLUSÃO

A administração na área rural é complexa, como em qualquer outra organização, porque envolve vários elementos e ferramentas com interfaces com dependência econômica. Muitos dos administradores de propriedades rurais não têm conhecimento específico e, assim, tornam-se resistentes em adotar qualquer conceito e prática sobre como administrar diferente do que se sabem.

Com base nos resultados do estudo, destaca-se que é necessário melhorar o gerenciamento, em especial, utilizando-se inicialmente o conhecimento sobre as ferramentas de planejamento e controle, uma vez que a maioria dos respondentes acredita que pratica algum tipo de planejamento, porém, utiliza controles manuais, dificultando a eficácia da tomada de decisão para inúmeras possibilidades, o crescimento e o desenvolvimento da propriedade.

Alguns gargalos presentes nas propriedades impedem o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional; da mesma forma, tem-se notado um despreparo dos gestores das propriedades, uma falta de estímulo ao crescimento, e a carência de cursos, palestras e dias de campo; além disso, é notável que as informações que chegam são somente através de televisão e rádio, na maioria das vezes.

As políticas de incentivo à produção são mecanismos, geralmente, empregados pelos órgãos governamentais para fomentar determinados segmentos econômicos e sociais. Esses incentivos, normalmente, produzem impactos favoráveis, principalmente se forem consideradas as regiões interioranas, onde o seu papel fundamental é promover o desenvolvimento econômico e social, gerar trabalho e renda à população e desestimular o êxodo rural. Segundo Smith (1996, p. 272), “[...] tudo o que fomente ou obstrua o interesse do proprietário da terra, necessariamente fomenta ou obstrui o interesse da sociedade.”

Para não ser excluído do processo produtivo, neste estudo sugere-se que o pequeno produtor rural incorpore novas tecnologias, aprimore sua formação escolar e profissional e adote um sistema gerencial de planejamento e de custos agropecuários, que este seja de simples manuseio e que favoreça o gerenciamento de suas atividades alternativas para a geração de renda em sua propriedade, como cria, cria e engorda de gado, produção de leite, acompanhamento de lavouras e outras atividades que são desenvolvidas no meio rural, o que pode ser feito de maneira integrada ou independente (MARION; SEGATTI, 2006, p. 3).

Quanto à ausência de jovens nas propriedades rurais, nota-se um sentimento de desânimo, reflexo das inúmeras dificuldades que persistem com a falta de incentivos políticos e excessiva cautela nos investimentos à propriedade. Sabe-se que uma propriedade planejada pode render mais financeiramente que um trabalho assalariado, mas a procura por uma renda fixa, muitas vezes, fascina os jovens, que acabam deixando a propriedade.

Destaca-se que na realidade estudada, a capacidade de administrar está se limitando a uma espécie de conformismo em relação à busca de melhores condições para o campo e prevê sérias tendências à extinção.

Com o presente estudo, indica-se o levantamento de mais dados em relação à pluratividade agrícola da região e a participação do desenvolvimento econômico do Município na região, em razão do perfil do administrador encontrado entre os respondentes. Além disso, recomenda-se um estudo sobre os fatores que geram qualidade de vida na área rural, a respeito de desenvolvimento socioeconômico e, também, relativo às cooperativas de crédito para a permanência dos agricultores no campo, isso porque, na finalização do trabalho, percebeu-se uma grande necessidade em apurar tais fatores, que incorrem diretamente na expansão da propriedade e, por consequência, no desenvolvimento regional.

Rural Development in the perspective of administration: a case study in small rural properties from the Municipality of Iomerê, SC

Abstract

To managing a farm is a so complex activity as managing any other organization and requires from its managers, knowledge and administrative skills, regardless of size. The development has always been an expressly decisive subject to the visibility from any location. The concern with the administrative conduct of properties, knowledge and skills towards investments decision-making procedures, even considering the wide competitiveness and the need to professionalize such cases justify this study. The objective was to evaluate how the administration in small farms and regional development is held. From the specific goals, it

stands out the profile survey of who is in the management of farms, the use of tools and also the diagnostic of what elements facilitate and hinder the development of the property. The methodology refers to a quantitative exploratory research on the problem and objectives and it is classified as survey, due to the technical procedures. The results revealed owner aging, information on the knowledge of management and their understanding about the factors that impact the conduct of the properties. With this work it is suggested educational measures to promote family residence as lectures and courses in the field of administrative sciences for more effective management of the properties.

Keywords: Rural administration. Small properties. Profile. Development.

REFERÊNCIAS

CALLADO, Antonio André Cunha. **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, Caio César de Medeiros et al. Determinantes do desenvolvimento do setor agropecuário nos municípios. **Revista de Administração (RAUSP)**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 295-309, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5700/rausp1089>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Administração rural**: uma abordagem decisória. Belo horizonte: Crepaldi, 1994.

FARIA, Vidal Pedroso de. O que é tecnologia na pecuária de Leite. **Balde Branco**, São Paulo, ano 40, n. 480, p. 64-65, nov. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. **Custos e @gronegócio on-line**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v2/Sistema%20de%20custos.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. O atendimento à agricultura familiar. **Revista De Política Agrícola**, ano 13, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.agronegociose.com.br/agronegocios/art/artigos.jsp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MORAIS, Cristiane Bonatto de. Projeto de pesquisa. Anexo: ZIMMER, Carlo Luciam et.al. Censo Agropecuário 2011. In: MORAIS, Cristiane Bonatto de (Org.) **Alô Brasil – pesquisas consultorias e marketing - Relatório Geral**. Iomerê/SC, 2011. 16 p. [mensagem pessoal]. Mensagem enviada por <cleoalberici@bol.com.br> em 27 ago. 2014.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2007.

NOVAES, Nelson José. Viabilidade da produção em pequenas áreas. **Balde Branco**, São Paulo, ano 40, n. 480, p. 92-93, nov. 2004.

PARIS, Micheli de et al. Gestão em pequenas propriedades leiteiras na região sudoeste do paraná como estratégia s para o desenvolvimento da atividade. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 9., 2012. **Anais eletrônicos...** 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/30/2012_30_4966.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2014.

SANTOS; Gilberto Jose; MARION; José Carlos. **Administração de Custos na Agropecuária**. São Paulo: Atlas, 1996.

SOUZA, Alessandra Koerich de; RIBAS JÚNIOR, Osny Táborda; GELINSKI JÚNIOR, Eduardo. **Plano estratégico de desenvolvimento regional PEDR 9ª SDR Videira**. Videira, 2010.

VENTOLA, Adriana. **Administração e ambiente**: conhecimento do processo administrativo. Brasília, DF: SENAR, 1998.

